



Contrato nº 047/2006 – AJ – Ref. PA nº 010/006 - Dispensa de Licitação nº 010/2006

**CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXERCÍCIOS DE  
ATIVIDADE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - IASC E A EMPRESA  
SERVITIUM LTDA., NA FORMA ABAIXO:**


**O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – IASC**, Autarquia do Município do Recife, sediado na Av. Visconde de Albuquerque, nº 297, Madalena, nesta Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.615.137/0001-74, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Assessor Executivo da Presidência, Sr. **ALEXANDRE HANOIS FALBO**, brasileiro, casado, biomédico, inscrito no CPF/MF sob o nº 138.235.744-34, portador da cédula de identidade nº 1.176.376-SSP-PE, residente e domiciliado nesta Cidade, e do outro lado a Empresa **SERVITIUM LTDA.**, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.558.943/0001-34, com sede à Av. Doutor Joaquim Nabuco, nº 2339, sala 04, gl. 3 poderes – PE 15 – Jatobá – Olinda-PE, CEP: 53.370-280, Fone: 3446.4128, representada neste ato por sua Representante legal a Sra. **ERIKÁ VIRGINIA MENDES ALVES**, brasileira, solteira, comerciante, identidade nº 3.998.101-SSP-PE, CPF nº 908.157.694-15, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, nº 34-São Bento-Estado de Alagoas, CEP: 57950-000, celebram o presente instrumento com observância estrita de suas cláusulas, que, em sucessivo, mútua e reciprocamente, outorgam e aceitam de conformidade com os preceitos de Direito Público, além dos especificamente previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidação determinada pelo art. 3º da Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U. datado de 09 de junho de 1994, na forma do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, vinculado à Dispensa de Licitação nº 010/2006, Processo Administrativo nº 010/2006 e à Proposta da **CONTRATADA**, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente Contrato a contratação de mão-de-obra para prestação de serviços para exercícios de atividades no âmbito da Secretaria de Assistência Social, para atender as necessidades do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, observadas as condições e especificações constantes no Anexo Único, parte integrante deste Contrato, importado na alocação de mão-de-obra de 211 (duzentos e onze) profissionais como executor de serviços diversos, 232 (duzentos e trinta e dois) profissionais para a função de executor administrativo, e 52 (cinquenta e dois) profissionais como executor especializado, totalizando 495 (quatrocentos e noventa e cinco) profissionais.

  
Assessor Jurídico

Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena – Cep 50610-090 Recife/PE. Fone/Fax: 3227-3953



§ 1º Os acréscimos não previstos na caracterização do objeto, contido nesta Cláusula, e necessários ao seu fiel cumprimento, só serão efetivados mediante prévia e expressa autorização do Diretor Presidente do Instituto de Assistência Social, sob pena de nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

§ 2º - A empresa contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se façam necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme os art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º A CONTRATADA não poderá alterar o quantitativo deste Contrato, sem a prévia e competente autorização escrita do CONTRATANTE.

#### DA MODALIDADE/REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A modalidade de que trata este Contrato é a da execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os empregados da CONTRATADA serão lotados na Sede do IASC e nas diversas Unidades do Instituto de Assistência Social e Cidadania- IASC

#### DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA QUARTA:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço global estimado de R\$ 1.351.780,39 (Um milhão, trezentos e cinquenta e um mil setecentos e oitenta reais e trinta e nove centavos), que serão pagos em parcelas mensais, conforme relatório enviado pela CONTRATADA.

§ 1º As parcelas a que alude esta Cláusula, serão pagas em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data final do período adimplente a que se refere, mediante a apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente realizados.

§ 2º Na ocasião do pagamento, a CONTRATADA se obriga a apresentar o original e entregar cópia dos seguintes documentos: a) Guias de recolhimento da Previdência Social -GRPS e do FGTS, correspondente às obrigações sociais, referente ao pessoal empregado na Prestação dos Serviços objeto deste Contrato, relativo ao mês de competência anterior ao do pagamento, devidamente quitadas; b) Folha de pagamento relativa ao pessoal empregado na Prestação dos Serviços, objeto deste Instrumento, correspondente ao mês de competência anterior ao do pagamento; c) comprovação de pagamento de vale-transporte referente ao mês de julho/06; d) comprovação de pagamento de vale-refeição referente ao mês de julho/06.

Assessoria Jurídica





§ 3º Fica o **CONTRATANTE** na hipótese do descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, da alínea "a" do Parágrafo anterior, relativo ao recolhimento da Previdência Social, a reter os valores correspondentes.

#### DO PRAZO DE INÍCIO DE ETAPAS, DE CONCLUSÃO E DE ENTREGA

**CLÁUSULA QUINTA:** Este Contrato vigorará pelo prazo de 74 (setenta e quatro) dias tendo como termo inicial o dia 19 de Junho de 2006 e termo final em 31 de agosto de 2006, podendo ser prorrogado na forma do Art. 57 da Lei 8.666/93.

§ 1º O prazo para início da prestação de serviços será imediato, contado da assinatura deste Instrumento.

§ 2º A partir de 28 de julho de 2006 será contratado mais um profissional como executor administrativo;

§ 3º As contratações dos 52 (cinquenta e dois) profissionais contratados como executor especializado e de 16 (dezesseis) profissionais contratados como executor administrativo, terão termo final em 31 de julho de 2006.

#### DA OBSERVAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**CLÁUSULA SEXTA:** Executado este Instrumento pela **CONTRATADA**, seu objeto será recebido pelo **CONTRATANTE** em caráter provisório ou definitivo, observados, no que couber, os Arts. 73, 74, 75 e 76 da Lei 8.666/93.

#### DOS RECURSOS

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Os recursos alocados para execução deste Contrato são oriundos das dotações orçamentárias nºs 5902.08.244.1.204.2.112, 5902.08.244.1.225.2.037, 5902.08.244.1.204.2.116 e elemento de despesa nº 3.3.90.39

#### DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

**CLÁUSULA OITAVA:** O regime jurídico deste Contrato confere ao **CONTRATANTE** as prerrogativas relacionadas no Art. 58 da lei 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA:** Constitui obrigação do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 66 da lei 8.666/93, a comunicação através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes à liquidação da despesa deste Contrato.

  
Assessoria Jurídica

  
Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena - Cep 50610-090 Recife/PE, Fone/Fax: 3227-3953



**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica, desde já, estabelecido entre as partes que o Instituto de Assistência Social e Cidadania-IASC não responderá por débitos trabalhistas, sociais e previdenciários mantidos pela **CONTRATADA**, com seus empregados, em razão do presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** São conferidos à **CONTRATADA** os direitos relacionados no Art. 59, no § 2º do Art. 79 e Art. 109 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:** constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das constantes dos artigos 66, 68, 69, 70 e 71 da lei 8.666/93:

- a) manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições do ato de sua autorização e da respectiva proposta, constante do Processo Administrativo nº 010/2006, sobretudo no que pertine à comprovação da inexistência de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como junto ao INSS e FGTS, durante a vigência do Contrato;
- b) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato, inclusive no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;
- c) Não contratar qualquer servidor pertencente ao quadro de pessoal do **CONTRATANTE**, durante o prazo de vigência do presente Contrato;
- d) Não vincular qualquer campanha publicitária acerca do objeto deste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, salvo prévia autorização do **CONTRATANTE**;
- e) Não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato;
- f) Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura deste Contrato;
- g) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**, relativas à execução do objeto deste Contrato;
- h) Responder pela idoneidade e pelo bom comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados e, ainda por quaisquer prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por ocasião da prestação dos serviços;
- i) Credenciar um representante da **CONTRATADA**, junto ao **CONTRATANTE**, com a função de solucionar problemas que possam surgir durante a execução dos serviços contratados;
- j) Prestar os serviços, através de seus empregados, com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, perfazendo o total de 180 (cento e oitenta) horas, exceto os plantonistas que trabalham com escala de 12 (doze) horas por 36 (trinta e seis) horas, perfazendo o total de 192 (cento e noventa e duas) horas.

Assessoria Jurídica

Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena - Cep 50610-090 Recife/PE, Fone/Fax: 3227-3936



## DA FISCALIZAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:** A execução do presente Instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor do IASC, admitida a participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º A fiscalização pelo **CONTRATANTE**, em todas as fases de execução dos serviços contratados, bem como do comportamento dos prestadores dos serviços, não exime a **CONTRATADA** da obrigação também de fiscalizar os seus empregados.

§ 2º A fiscalização pelo **CONTRATANTE**, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos serviços contratados e suas consequências e implicações próximas e futuras.

## DAS ALTERAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:** As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições do Art. 65 da Lei 8.666/93, formalizadas previamente, por termo aditivo, que o integrará para todos os efeitos legais.

## DAS PENALIDADES

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:** Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como do art. 81 da Lei 8.666/93, e, notadamente, quando no atesto do objeto deste Contrato pelo **CONTRATANTE** verificarem-se incorreções resultantes de sua execução, o **CONTRATANTE** aplicará as seguintes sanções, assegurada a prévia defesa da **CONTRATADA**:

- I. Advertência;
- II. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:
  - a) moratória de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do Contrato, por dia excedente do prazo para cumprimento de quaisquer das obrigações pactuadas ou assumidas;
  - b) de 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado do Contrato, por atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias.
- III. Suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com o Município do Recife pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando a critério deste, a inadimplência acarretar graves prejuízos à Administração;

  
Assessoria Jurídica

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida quando a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º A multa prevista na alínea "b" do item II incidirá nos casos que a **CONTRATADA**, sem justa causa, solicitar a liberação das obrigações pactuadas antes ou depois de decorridos (30) trinta dias de atraso.

§ 2º As multas previstas serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia imediatamente subsequente ao do vencimento.

§ 3º O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo da sanção prevista na alínea "b" será considerada como recusa, dando causa à rescisão do Contrato.

§ 4º Se a multa alcançar valor superior ao da garantia, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, caso seja necessário, cobrada judicialmente.

§ 5º As penalidades previstas nos incisos III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurada a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 6º A declaração de inidoneidade acarretará o cancelamento da inscrição no registro Cadastral de Habilitação de Firms da Secretaria de Finanças do Município do Recife.

#### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:** A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo a sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições da lei 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas neste Instrumento.

#### DA VINCULAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:** O presente Contrato é decorrente de Processo Administrativo realizado por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei 8.666 de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883 de 08/06/94, e demais legislações complementares, estando vinculado ao Parecer nº 045/2006-AJ e à proposta da Contratada.

Assessoria Jurídica

Av. Visconde de Albuquerque, 297, Madalena - Cep 50610-090 Recife/PE, Fone/Fax: 3227-3953

ANEXO ÚNICO DO CONTRATO Nº 047/2006 – AJ – PA Nº 010/2006 –  
DL Nº 010/2006



EMPRESA: SERVITIUM LTDA.

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS EM CARÊNCIA:

1 – EXECUTOR DE SERVIÇOS ESSENCIAIS = 211 PROFISSIONAIS

2 - EXECUTOR ADMINISTRATIVO = 232 PROFISSIONAIS

3 – EXECUTOR ESPECIALIZADO = 52 PROFISSIONAIS

TOTALIZANDO 495 (QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO)  
PROFISSIONAIS







INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA  
SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL  
"SERVITIUM LTDA". CNPJ: 00.558.943/0001-34.

1 - **ERIKA VIRGINIA MENDES ALVES**, brasileira, natural de Recife,  
Estado de Pernambuco, solteira, data de nascimento 10.10.1975, Comerciante,  
portadora da carteira de Identidade nº 3.998.101-SSP-PE e CPF nº  
908.157.694-15; residente e domiciliada na Rua Boa Vista - 34 - São Bento -  
Estado de Alagoas, CEP 57950-000 e;

2 - **MARIA JOSÉ CASSIANO FERREIRA**, brasileira, natural de Maragogi,  
Estado de Alagoas, solteira, data de nascimento 02.12.1949, comerciante,  
residente e domiciliada na Rua Carlos Brito, 130 - Pina - Recife-PE, CEP  
51010-000, portadora da carteira de Identidade nº 2001001140463 - SSP-AL  
e CIC n. 148.232.504-78

Únicas sócias da Sociedade empresarial limitada, "SERVITIUM LTDA", localizada  
na Av. Joaquim Nabuco, 2339 - Sala 04 - Galeria Três Poderes - PE 15 - Jatoá -  
CEP: 53320-640 - Olinda-PE; Arquivada na Junta Comercial de Pernambuco sob n.º  
2620.090.031,7 em 24.04.1995 e inscrita no CNPJ sob o nº 00.558.943/0001-34  
resolvem, assim, alterar o contrato social:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sócia **MARIA JOSÉ CASSIANO FERREIRA**, cede  
e transfere neste ato 195.000 (cento e noventa e cinco mil) quotas totalmente  
integralizadas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$  
195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) para a sócia **ERIKA VIRGINIA  
MENDES ALVES**.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O Capital Social que era de R\$ 750.000,00 (setecentos e  
cinquenta mil reais) dividido em 750.000 (setecentos e cinquenta mil) quotas, passa a  
ser de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), divididos em 1.500.000  
(um milhão e quinhentos mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada  
uma. A diferença do aumento do Capital Social é integralizada pela Sócia **ERIKA  
VIRGINIA MENDES ALVES** no ato da assinatura da presente alteração em moeda  
corrente e vigente no país, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:

NOME	QUOTAS	VALOR
ERIKA VIRGINIA MENDES ALVES	1.470.000	R\$ 1.470.000,00
MARIA JOSÉ CASSIANO FERREIRA	30.000	R\$ 30.000,00

*[Assinatura]*  
Ana Maria Cavalcanti de Amorim  
Advogada de Direito - PE 011/95  
Cidade de Recife - PE



estabelecimento de crédito, emitir e endossar cheques, letras de câmbio, duplicatas, firmar contratos de financiamento, empréstimos, alienação, hipoteca, autorização do uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.



**CLÁUSULA NONA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A sócia **ERIKA VIRGINIA MENDES ALVES** fará jus a percepção de pró-labore mensal, observadas a legislação sobre o assunto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único** - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Ana Maria Gomes de Oliveira  
Advogada - OAB/PE nº 011.090  
Instituto de Contas - Pernambuco

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o foro da Cidade de Olinda, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração 2 (duas) vias.

Olinda, 04 de julho de 2005;

*Erika Virginia Mendes Alves*  
ERIKA VIRGINIA MENDES ALVES

*Maria José Cassiano Ferreira*  
MARIA JOSÉ CASSIANO FERREIRA



Testemunhas:

*Edivania Xavier de Lima*  
Edivania Xavier de Lima  
Identidade nº 4.643.369 SSP/PE  
CPF nº 029.187.354-50

*Wendell Silva Medeiros*  
Wendell Silva Medeiros  
Identidade nº 6.041.089 SSP/PE  
CPF nº 038.687.154-01

Advogado:

Arisson Coutinho Reis  
-OAB/PE n.º 15446

